



IRRITADA, Rose reclamou: "Obra terá de ser feita com recursos do Estado"

4ª Ponte fora das prioridades da bancada

Após discussão entre deputados, a nova ligação entre Cariacica e Vitória acaba ficando de fora da emenda para garantir recursos

Marcos Rosetti
BRASÍLIA

A falta de acordo entre os membros da bancada do Espírito Santo acabou deixando de fora do Orçamento da União de 2014 uma emenda de bancada que garantiria recursos para a construção da Quarta Ponte de Vitória. A lista de prioridades tem 18 obras, totalizando R\$ 1,15 bilhão.

As divergências começaram depois que a deputada Rose de Freitas (PMDB) tentou substituir uma emenda que julgava desnecessária, da BR-484, que liga os municípios de Afonso Cláudio a Itarana, de R\$ 30 milhões, porque a obra já consta do Plano Plurianual (PPA), e, por-

tanto, já tem recursos garantidos.

"Para que queimar uma emenda?", reclamou Rose. A senadora Ana Rita (PT) foi contra retirar a BR da lista de prioridades, o que provocou discussão. O deputado Carlos Manato (SDD) chegou a abandonar a reunião, incomodado com a falta de consenso.

Como não houve intervenção por parte do coordenador, o deputado Paulo Foletto (PSB), a reunião foi encerrada sem a inclusão da emenda da Quarta ponte.

Segundo o deputado Jorge Silva (Pros), a maioria dos deputados presentes a reunião optou por trocar a BR pela ponte:

"A informação que temos é de que a 484 já tem verba prevista. Então, seria desnecessária a colocação dessa emenda para a obra."

Rose disse que a obra, agora, terá de ser feita com recursos do governo estadual "que poderiam ser usados em outras necessidades".

Ainda não há valores definidos, mas a estimativa é que o projeto da Quarta Ponte custe entre R\$ 500 milhões e R\$ 700 milhões.

EMENDAS DE BANCADA AO ORÇAMENTO DA UNIÃO

VALOR	EMENDA
R\$ 100 milhões	Ufes: infraestrutura do campus - emenda coletiva
R\$ 50 milhões	Combate a cheias em M. Floriano e D. Martins - dep. Lelo Coimbra
R\$ 50 milhões	100% de água e esgoto tratados em Aracruz - sen. Ricardo Ferraço
R\$ 50 milhões	Ifes: montagem e modernização de laboratórios - emenda coletiva
R\$ 100 milhões	Vila Velha: ações de combate a alagamentos - coletiva
R\$ 150 milhões	Aquisição da Sede da Procuradoria Regional do Trabalho - senadora Ana Rita
R\$ 50 milhões	Combate às enchentes no município de Viana - dep. Colnago
R\$ 30 milhões	Implantação de sistema de água em São Mateus - dep. Jorge Silva
R\$ 100 milhões	Apoio à Polícia Comunitária em todo o Estado - dep. Lauriete Rodrigues
R\$ 80 milhões	Barragens em municípios do Noroeste - dep. Rose de Freitas
R\$ 50 milhões	Codesa: Barra do Riacho para terminal de granel líquido - dep. Foletto
R\$ 100 milhões	Pavimentação de diversos bairros no município da Serra - Carlos Manato
R\$ 5 milhões	Obras na BR-484, que liga as cidades de Afonso Cláudio a Itarana, -emenda coletiva
R\$ 50 milhões	Obras da BR-343, que liga Minas Gerais ao município de Sooretama, - coletiva
R\$ 100 milhões	Tratamento de água de lastro - dep. Sueli Vidigal
R\$ 10 milhões	Apoio a ações em defesa da mulher - dep. Iriny Lopes
R\$ 50 milhões	Adequação de trecho da BR-101 com a BR-484 - sen. Magno Malta
R\$ 30 milhões	Departamento Nacional de Produção Mineral - dep. Camilo Cola

FONTE: COMISSÃO DO ORÇAMENTO.



OPINIÃO ECONÔMICA

PEDRO PASSOS

Brasil, mostra tua cara

A discussão sobre mercado interno versus mercado externo, outra vez em voga como subproduto de nosso atraso em relação a acordos de livre-comércio, assume o vício de origem de tomar a parte pelo todo. As fronteiras econômicas estão cada vez mais porosas devido às relações globalizadas e aos mercados integrados. A produção sem escala para servir ao todo global está ameaçada de não atender nem à parte nacional.

Apreciemos o Brasil, cuja produção manufatureira representa só 1,7% da indústria global e muito menos, 0,7%, das exportações.

Embora o mercado interno seja preponderante para a indústria, sua produção não representa senão uma ínfima parcela do consumo mundial de manufaturas. Visto de outro ângulo, isso significa que há um gigantesco espaço a ser conquistado por produtos industriais brasileiros no exterior.

Dedicar a produção de todo o país a uma fração tão pequena do mercado mundial põe em risco a própria "reserva de mercado" local. Os conceitos de proteção de mercado e segurança econômica são outros num mundo integrado.

A produção local protegida é a que tem escala, preço e qualidade capazes de atender a qualquer mercado. Nem todos os países podem ter tal aspiração. Mas a 7ª maior economia do mundo e 4º principal destino dos investimentos estrangeiros tem razões para se preocupar com o modesto 22º lugar no fluxo de comércio global.

Se não disputamos as primeiras posições nesse ranking, outros o fazem, servindo-se do mercado brasileiro como arena de competição. Algo como a Seleção estar fora da Copa justamente quando o País sedia a competição.

Na economia globalizada, o jogo é travado em toda parte, não só nos campeonatos locais. EUA e China dividem os primeiros lugares em tamanho econômico e atração de investimentos e são também campeões no comércio global. Já o Brasil mantém diminuta relevância nesse campo, apesar do exuberante desempenho do agronegócio e da mineração, que elevaram a fatia do país nas exportações mundiais de 1,1%, em 2005, para 1,3%, em 2012, segundo a OMC.

Nem assim nossas exportações totais ganharam destaque no cenário internacional. E por quê?

As vendas externas industriais não acompanharam a expansão do comércio global nos anos 2000 até a crise de 2008. No ranking do comércio de manufaturas, estamos na 30ª posição, regredindo do 27º lugar que ocupávamos em 2005. Mesmo na lista de maiores importadores, em que passamos do 30º para o 20º lugar, nossa participação é apenas marginal.

O porte do mercado interno e a abundância de recursos naturais não explicam a distância em relação aos demais países. Na verdade, fizemos escolhas erradas no passado e agora pagamos o preço pelo atraso causado na estrutura industrial e nos padrões de inovação e produtividade.

Não será fácil mudar esse quadro, sobretudo devido à ociosidade nas economias avançadas. O esforço para sermos competitivos terá que ser maior. Não poderemos ter apenas laços tênues com outros países e blocos devido ao Mercosul, cujo dinamismo se esgotou. Precisamos de novos acordos. E abandonar a posição passi-

índice brasileiro está abaixo de 10%. Na China, supera 30% e na média da OCDE alcança 24%.

Quanto à proporção de insumos importados que é reexportada, o índice para o Brasil é de 14%, enquanto para a China e a Coreia do Sul supera 50%.

Para participar das CGV e usufruir seus benefícios, a vontade dos governantes é um primeiro e decisivo passo. Outros passos devem vir do avanço tecnológico de nossas empresas, da melhoria na infraestrutura e na educação, de sistema tributário descomplicado, de procedimentos alfandegários ágeis e de tarifas de importação em linha com padrões inter-



Na globalização, mercado interno forte é consequência das economias capazes de competir em toda parte

va diante do desenvolvimento das cadeias globais de valor (CGV).

Segundo a Unctad, agência da ONU para o comércio e o desenvolvimento mundial, países com maior crescimento do PIB per capita apresentam também maior aumento da taxa de participação nas cadeias produtivas.

Pesquisa feita em 40 países mostra que a presença do Brasil nas CGV é das mais acanhadas.

Na contribuição estrangeira ao valor agregado das exportações, o

nacionais.

O dado positivo é que as principais empresas internacionais estão no país, embora mais voltadas ao mercado interno que preocupadas em fazer da operação local uma plataforma de exportação. Isso deve e pode ser mudado.

PEDRO PASSOS é empresário, presidente do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi) e conselheiro da Natura.